



Número: **0856329-38.2019.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **23ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **11/12/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DOMINGOS AUGUSTO CUSTODIO (AUTOR)		GEONARA ARAUJO DE LIMA (ADVOGADO)	
SEGURADORA DPVAT (RÉU)		SUELY FERNANDES RIBEIRO DE SOUSA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
51319143	28/11/2019 11:52	Petição Inicial	Petição Inicial
51319817	28/11/2019 11:52	PETIÇÃO	Outros documentos
51319820	28/11/2019 11:52	PROCURAÇÃO - DOMINGOS	Procuração
51319824	28/11/2019 11:52	IDENTIFICAÇÃO	Documento de Identificação
51319827	28/11/2019 11:52	DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIENCIA - DOMINGOS AUGUSTO07052019	Documento de Comprovação
51320631	28/11/2019 11:52	Aditamento	Documento de Comprovação
51320634	28/11/2019 11:52	ATESTADO MEDICO	Documento de Comprovação
51320635	28/11/2019 11:52	AVISO SINISTRO	Documento de Comprovação
51320637	28/11/2019 11:52	CONTRATO DPVAT - DOMINGOS AUGUSTO07052019	Documento de Comprovação
51320638	28/11/2019 11:52	CTPS - DOMINGOS AUGUSTO07052019	Documento de Comprovação
51320641	28/11/2019 11:52	LAUDO MEDICO - DOMINGO 05 DE MAIO	Documento de Comprovação
51320644	28/11/2019 11:52	LAUDO MEDICO - DOMINGOS AUGUSTO07052019	Documento de Comprovação
51320650	28/11/2019 11:52	LAUDO MEDICO - DOMINGOS FISIOTERAPIA	Documento de Comprovação
51320653	28/11/2019 11:52	PRONTUARIO_compressed	Documento de Comprovação
51320660	28/11/2019 11:52	RaioX_compressed	Documento de Comprovação
51320666	28/11/2019 11:52	RECEITUARIO MEDICO_compressed	Documento de Comprovação
51320669	28/11/2019 11:52	SINISTRO (VALOR RECEBIDO)	Documento de Comprovação
51320671	28/11/2019 11:52	BOAT-Comprimido	Documento de Comprovação

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL RIO GRANDE DO NORTE

DOMINGOS AUGUSTO CUSTÓDIO, brasileiro, solteiro, porteiro, portador do Rg. nº 428.684 - SSP/RN e CPF nº: 443.453.644-34, residente e domiciliado na rua santa maria gorete, nº 87, Bairro Felipe Camarão – Natal/RN, CEP: 59072-390, Cel: (84) 98705.8305, vem perante V. Exª, com fulcro nos artigos 318 e 319 do CPC/2015 e no artigo 3º, II, da lei 6.194/74 com alteração dada pelas leis 8.441/92 e 11.482/2007, propor a presente

ACÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

em face de seguradora líder , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº CNPJ: 09.248.608/0001-04, com sede na R Senador Dantas, 74 5,6,9,14 E 15 ANDAR, Rio De Janeiro - RJ, (21)3861-4600, CEP 20031-205, pelos motivos e fatos que passa a expor.

PRELIMINARMENTE

DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

O autor requer, desde já, a concessão da gratuidade da justiça nos termos dos Artigos 98 e 99 do CPC/2015 e do Art. 5º, inciso LXXIV da CF/88, haja vista não possuir condição financeira de arcar com as custas, as despesas processuais e honorários advocatícios, sem o prejuízo do seu próprio sustento e de sua família.

Vale ressaltar que, tal benefício, não está subordinado à comprovação da impossibilidade de custear as despesas processuais sem sacrificar a subsistência própria e da família. Nos termos do § 3º do artigo 99 do NCPC, presume-se verdadeira a alegação de insuficiência feita exclusivamente por pessoa natural, só sendo possível o indeferimento da gratuidade se estiver provado nos autos a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, conforme previsão do §2º do supracitado artigo.

Diante do exposto, requer a concessão do benefício da GRATUIDADE DA JUSTIÇA, por ser medida da mais perfeita Justiça, conforme os dispositivos legais acima expostos.

DO INTERESSE DE AGIR

Via administrativa inadequada – Irregularidades no pagamento leva ao ajuizamento para cobrança de diferenças, recebeu R\$ 1.687,50, (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da CF.

Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:



APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO.

1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária.

2. A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).

APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. SENTENÇA DESCONTITUÍDA. A falta de requerimento administrativo não retira dos beneficiários o direito de postular a indenização diretamente na Justiça, sob pena de violação ao direito constitucional 5ºXXXVCF.

Contudo, para afastar qualquer dúvidas quanto à inadequação da via administrativa no seguro DPVAT, a parte autora, expõe abaixo, os motivos pelos quais é **OBRIGADA A INGRESSAR COM A PRESENTE AÇÃO**:

Veja que o principal motivo, é o fato da seguradora ter fins lucrativos, o que por si só, torna tal procedimento inviável para as vítimas, uma vez que tal procedimento sequer garante o contraditório e a ampla defesa, não podendo assim, ser comparada ao INSS, porque o INSS não tem fins lucrativos e seus procedimentos administrativos foram criados por lei, garantindo ainda a ampla defesa e o contraditório. Ao contrário, a seguradora visa tão somente o LUCRO em detrimento das vítimas.

- Administrativamente a seguradora não paga a correção monetária cujo o termo inicial, deve ser a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve correção).
- Nos processos administrativos realizados pela seguradora, quando realizada a perícia, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médicos escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia médica, e são obrigados a seguir um formulário que contém as quantificações definidas em 10%, 25%, 50%, 75% e 100%, ou seja, se a incapacidade de uma pessoa for de 90%, os profissionais tem que marcar 75%, e assim degressivamente, prejudicando as vítimas.
- Além dos sérios problemas com a imparcialidade das perícias da seguradora, a mesma, impõe óbices no pagamento administrativo mesmo que a menor, alegando causas banais ou já superadas pelo entendimento jurisprudencial, como por exemplo a exigência no pagamento do DUT.
- A Seguradora Líder diligencia e faz todos os esforços junto ao governo federal, câmara dos deputados e ao senado, para aprovarem medidas provisórias e leis, que só visam ao lucro para o convênio DPVAT e sempre em detrimento das vítimas.

Por esses motivos, **TODOS** os processos administrativos referentes a invalidez permanente e DAMS, são objetos de lide no judiciário, porque a seguradora nunca faz o pagamento correto, ou seja, a seguradora apenas usa o procedimento do pagamento administrativo para atrasar a vítima, e até desmotiva-la.



Portanto, exigir que o beneficiário tenha o trabalho duplo para receber, sem contudo ser indenizado das despesas que isso gera ao mesmo, é no mínimo ultrajante, pois só beneficia a seguradora na sua gana em enriquecer-se em detrimento da vítima.

Diante de todos esses motivos, não há que se falar também em princípio da causalidade e sucumbência autoral, pois como visto, a seguradora historicamente sempre deu muitos motivos para o ajuizamento de ações de cobranças de seguros.

Como visto, a obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se como irrelevante e incompatível com o princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição da República, que não estabeleceu como condição de acesso à Justiça que a parte acione ou esgote as vias administrativas, esse princípio, resguarda o jurisdicionado no direito, por exemplo, de discutir judicialmente, justamente por conta dessas situação acima expostas.

DA CITAÇÃO

O Código de Processo Civil em vigor estabelece, em seu Art. 240 que a citação válida, ainda quando ordenada por Juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, sendo assim, direito que assiste à parte requerente.

Por sua vez, segundo o Art. 239 do NCPC, é indispensável à citação do réu, senão vejamos:

Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. (Grifamos)

Ressalte-se ainda que, para que ocorra a audiência de conciliação ou mediação deverá o réu ser citado com antecedência mínima de 20 dias, in verbis:

Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. (Grifamos)

Assim, por todo o exposto, requer a parte autora que seja determinada por este MM. Juízo, a citação da Seguradora Ré na forma estabelecida nos Artigos 239 e 334 do Código de Processo Civil.

DA PERÍCIA ANTECIPADA

O novo Código de Processo Civil estabelece em seu Artigo 139, VI, a possibilidade de alteração da ordem da produção dos meios de prova, adequando-os as necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito.



Por sua vez, o Art. 381, em seu inciso II, prevê a admissibilidade da produção antecipada de prova quando esta seja suscetível de viabilizar a auto composição ou outro meio de solução de conflitos.

Destarte, nos processos onde se discute a existência de diferenças de valores a serem pagos em razão do seguro DPVAT, a produção da prova pericial é de fundamental importância para a apuração da extensão do dano e, por conseguinte, a quantificação das diferenças pleiteadas.

Nessa esteira de entendimento, a produção antecipada da perícia médica é de suma relevância para a viabilização da conciliação no presente caso.

Assim, requer a parte autora, a aplicação dos artigos supracitados para alterar a ordem de produção da prova pericial para que seja antecipada a sua realização, custeada pela Seguradora Ré, de forma a viabilizar eventual proposta de acordo.

Ocorre que, a parte Autora já havia requerido indenização perante Seguradora Ré, tendo aberto o sinistro de nº **3180561590** e, tendo sido negada a indenização administrativamente.

O Requerente perfaz o direito de ser dignamente indenizado, com a observação da proporcionalidade e repercussões das graves lesões e sequelas que sofreu em toda extensão do seu corpo em decorrência do acidente.

INSERIR O VALOR DO PAGAMENTO

Em razão disto, pleiteia o recebimento da indenização corrigida monetariamente e acrescida dos juros legais.

DOS FATOS

Trata-se de seguro devido em face de acidente que ocorreu no dia 02/08/2018, as 05:15hs da manhã, quando vinha no percurso do trabalho para sua casa, um ônibus ultrapassou o sinal vermelho atingindo o autor vinha em uma moto, teve fratura exposta na tíbia e fíbula e tornozelo de sua perna direita, quando transitava pela av. rio grande do sul com a Av. Paraíba em Cidade Nova bem próximo de sua casa, foi socorrido pela SAMU ao Hospital Clovis Sarinho, onde passou por uma intervenção cirúrgica CID 10 S 82 (Fratura dos ossos da perna esquerda grau III, e tornozelo teve perda substancia de pele necessitando de enxerto e desbridamento, fratura de tíbia e fíbula necessitou de procedimento cirúrgico.

De acordo com Dr. Enoi Saldanha da Câmara, CRM 396, o autor foi acometido de CID 10 - S82.3 Fratura da extremidade distal da tíbia.

Diante de tal fato, seria devido o pagamento do prêmio segurado, na forma do Art. 3º, da Lei nº 6.194/74, o que foi concedido administrativamente em parte pois o valor pago foi abaixo do que deveria de acordo com a lesão.

Ocorre que tal motivo não pode prosperar, razão pela qual intenta a presente ação.

DO DIREITO

A Lei 6.194/74 prevê que o beneficiário receba o valor da cobertura do seguro DPVAT junto a qualquer seguradora do Consórcio Estabelecido no Artigo 7º da referida norma.



Ainda de acordo com a supramencionada Lei, basta a mera demonstração de que a incapacidade ou debilidade permanente decorreu de acidente automobilístico e a qualidade de beneficiário/vítima de quem requer a indenização.

Conforme a documentação colacionada aos autos do processo, os requisitos legais supracitados encontram-se devidamente comprovados.

Ressalte-se que, tendo a Medida Provisória n. 340, de 29 de Dezembro de 2006, posteriormente convertida na Lei nº. 11.482/2007, fixado o valor devido aos segurados em razão da invalidez ou debilidade permanente, estabelecendo o valor máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), desvinculando-o do salário mínimo, faz-se necessária a preservação do valor estabelecido pelo legislador, devendo ser aplicada a correção monetária a partir da data do evento danoso.

Neste sentido, decidiu o Superior Tribunal de Justiça em 27 de maio de 2015 ao julgar o Recurso Especial tombado sob o número 1.483.620 – SC.

Nos termos do art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

- I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;
- II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;
- III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Conforme documentação probatória, o nexo de causalidade entre o fato ocorrido (acidente) e o dano dele decorrente são inequívocos, fazendo jus o Autor ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

No presente caso, tem-se em tela um ato ilícito pelo descumprimento de obrigação contratual por parte do Réu, o que se enquadra no Código Civil nos seguintes termos:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Ou seja, pela omissão voluntária do réu, que reflete diretamente num prejuízo ao Autor tem-se configurado um ato ilícito.

No mesmo sentido, o Código Civil dispõe:



Art. 389. Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.

Portanto, trata-se de necessária indenização proporcional ao dano sofrido pelo Autor, conforme precedentes sobre o tema:

DPVAT. Ação de cobrança. Boletim de Ocorrência que revela a dinâmica do acidente. Carro desgovernado que atinge o braço do Autor. Acidente coberto pelo seguro obrigatório. Sentença confirmada. Recurso desprovido. (TJ-SP 10172507820168260451 SP 1017250-78.2016.8.26.0451, Relator: Pedro Baccarat, 36ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 04/05/2018)

DPVAT. Seguro obrigatório. Acidente automobilístico. Sequelas residuais permanentes. Obrigatoriedade do pagamento do DPVAT às vítimas de acidentes. De acordo com entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a indenização do seguro, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. Incidência da correção monetária desde o evento danoso, nos termos da súmula 580 do STJ. Provimento parcial do recurso. (TJ-RJ - APL: 01481217420148190001 RIO DE JANEIRO CAPITAL 44 VARA CÍVEL, Relator: FERDINALDO DO NASCIMENTO, DÉCIMA NONA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 11/05/2018)

Trata-se da necessária aplicação da lei, uma vez que demonstrado o compromisso firmado pelo contrato e a ocorrência do descumprimento, outra solução não resta se não o imediato pagamento do débito, conforme amplamente protegido pelos tribunais.

CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL

Conforme precedentes sobre o tema, o valor apurado deve sofrer correção monetária a partir da data do sinistro, conforme clara redação da Súmula 43 do STJ:

Súmula 43 - Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo. (Súmula 43, CORTE ESPECIAL, julgado em 14/05/1992, DJ 20/05/1992)

Este entendimento predomina na jurisprudência, vejamos:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. ATUALIZAÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO PREVISTO NA LEI N. 6.194/1974 DESDE A DATA DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 580 DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-SC - AC: 03101020720168240033 Criciúma 0310102-07.2016.8.24.0033, Relator: Maria do Rocio Luz Santa Ritta, Data de Julgamento: 08/05/2018, Terceira Câmara de Direito Civil)

ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DO EVENTO DANOSO. TESE FIRMADA PELO STJ SOB O FORMATO DO ART. 543-C DO CPC (REsp. 1.483.620/SC). JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO (STJ, SÚMULA 426). RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. 1. Ocorrido o acidente automobilístico, aferido que as lesões experimentadas pela vítima determinaram sua incapacidade parcial permanente decorrente da debilidade permanente do membro inferior esquerdo em um segmento que passara a afligi-la, patenteado o nexo de causalidade enlaçando o evento danoso à invalidez que a acomete, assiste-lhe o direito de receber a indenização derivada do seguro obrigatório - DPVAT - (...), a omissão legislativa sobre a previsão de atualização do delimitado como simples forma de preservar a identidade das coberturas no tempo por estarem sujeitas ao efeito corrosivo da inflação obsta que seja determinada a correção das indenizações devidas desde o momento da fixação da base de cálculo, determinando que sejam atualizadas somente a partir do evento danoso, conforme tese firmada pela Corte



Superior de Justiça sob o formato do artigo 543-C do CPC/73 em sede de julgamento de recursos repetitivos (Resp 1.483.620/SC), e incrementadas dos juros de mora legais a contar da citação (STJ, súmula 426). 5. Apelação conhecida e provida. Unânime. (TJ-DF 20170110092880 DF 0002977-97.2017.8.07.0001, Relator: TEÓFILO CAETANO, Data de Julgamento: 25/04/2018, 1ª TURMA CÍVEL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 03/05/2018 . Pág.: 124-140)

Motivos pelos quais, demonstrada a negativa de cobertura pela seguradora, devida a atualização dos valores devidos a partir da data do evento danoso, qual seja 02/08/2018.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – DO REGRAMENTO DO NOVO CPC

O Novo Código de Processo Civil estabelece em seu Artigo 85, §8º que, ao Julgar a ação, o Juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, quando for irrisório ou inestimável o proveito econômico ou quando o valor da causa for muito baixo.

Nesta senda, levando em conta o grau do zelo profissional, bem como o trabalho realizado pelo patrono do autor, requer a condenação da parte Ré ao pagamento de honorários em valor não inferior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais) nos termos do NCPC.

DOS PEDIDOS

ü A concessão da GRATUIDADE DA JUSTIÇA;

ü Que todas as publicações na Imprensa Oficial sejam feitas, única e exclusivamente, em nome da Dra. SUELY FERNANDES RIBEIRO DE SOUZA, inscrito nos quadros da OAB, Seccional do Rio Grande do Norte, sob o nº 17.267 e Dra. GEONARA ARAÚJO DE LIMA, inscrito nos quadros da OAB, Seccional do Rio Grande do Norte, sob o nº 16.005, bem como para fins do Artigo 39, I, do Código de Processo Civil, que sejam remetidas todas as futuras intimações para o seu endereço Profissional na Rua Dos Canindés, nº. 1235, sala 04, Alecrim, CEP, 59030-600, Natal - Rio Grande do Norte, sob pena de nulidade processual por cerceamento de defesa;

ü Citação da Seguradora Ré na forma estabelecida nos Artigos 239 e 334 do Código de Processo Civil;

ü Realização de Perícia Médica antecipada e custeada pela Seguradora Ré, nos termos do Art. 139, VI do CPC/2015;

ü Inversão do ônus da prova;

ü Que julgue a presente Ação TOTALMENTE PROCEDENTE, reconhecendo o direito a indenização, e determine que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com juros a partir da citação, e CORREÇÃO MONETÁRIA com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em até R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção);

ü f) A condenação da Requerida no pagamento das custas e demais despesas processuais, bem como no pagamento dos honorários advocatícios.

ü Quanto aos honorários advocatícios, requer seja condenada a seguradora, de acordo com o art. 20, § 3º, ou seja, no importe de 20%, caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo indenizável, ou seja, o máximo indenizável é de R\$ 13.500,00, portanto, a metade é de R\$ 6.750,00, se o valor da condenação for maior que isso, pugna pela aplicação do parágrafo 3º do art. 20 do CPC na condenação dos honorários.



ü Porém, caso o valor a ser indenizada à parte autora, não ultrapasse a metade do valor máximo indenizável, o que torna pequeno o valor, requer a condenação da Requerida nos honorários advocatícios, com fundamento no parágrafo 4º do art. 20 do CPC, evitando assim honorários irrisórios e a consequente desvalorização profissional.

ü Seja a Ré condenada ao pagamento em favor do Autor da indenização no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), a ser corrigido monetariamente a partir da data do evento danoso e observado o correto grau de invalidez, bem como a devida proporcionalidade das lesões e suas REPERCUSSÕES;

ü Pagamento de Juros de mora legais na forma da recomendação prevista na Súmula nº. 54 do Superior Tribunal de Justiça e custas processuais, bem como honorários advocatícios, estes arbitrados em valor não inferior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais) nos termos do Art. 85, §8º do NCPC.

Protesta por todos os meios de prova em Direito admitidos, especialmente prova pericial médica, conforme quesitos adiante anexos e, ainda, prova documental, em especial complementar com a ulterior juntada de documentos.

Dá-se à presente causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para efeitos fiscais e de alçada.

Nestes termos, pede deferimento.

Natal, 28 de novembro de 2019.

GEONARA ARAÚJO DE LIMA

OAB/RN 16.005

SUELY FERNANDES RIBEIRO DE SOUZA

OAB/RN 17.267





Dra. Suely Fernandes Ribeiro de Sousa

OAB/RN 17.267

Dra. Geonara Araújo de Lima

OAB/RN 16.005

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA
CÍVEL DA COMARCA DE NATAL RIO GRANDE DO NORTE**

DOMINGOS AUGUSTO CUSTÓDIO, brasileiro, solteiro, porteiro, portador do Rg. nº 428.684 - SSP/RN e CPF nº: 443.453.644-34, residente e domiciliado na rua santa maria gorete, nº 87, Bairro Felipe Camarão – Natal/RN, CEP: 59072-390, Cel: (84) 98705.8305, vem perante V. Ex^a, com fulcro nos artigos 318 e 319 do CPC/2015 e no artigo 3º, II, da lei 6.194/74 com alteração dada pelas leis 8.441/92 e 11.482/2007, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

em face de seguradora líder , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº CNPJ: 09.248.608/0001-04, com sede na R Senador Dantas, 74 5,6,9,14 E 15 ANDAR, Rio De Janeiro - RJ, (21)3861-4600, CEP 20031-205, pelos motivos e fatos que passa a expor.

*Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.*





Dra. Suely Fernandes Ribeiro de Sousa
OAB/RN 17.267
Dra. Geonara Araújo de Lima
OAB/RN 16.005

PRELIMINARMENTE

DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

O autor requer, desde já, a concessão da gratuidade da justiça nos termos dos Artigos 98 e 99 do CPC/2015 e do Art. 5º, inciso LXXIV da CF/88, haja vista não possuir condição financeira de arcar com as custas, as despesas processuais e honorários advocatícios, sem o prejuízo do seu próprio sustento e de sua família.

Vale ressaltar que, tal benefício, não está subordinado à comprovação da impossibilidade de custear as despesas processuais sem sacrificar a subsistência própria e da família. Nos termos do § 3º do artigo 99 do NCPC, presume-se verdadeira a alegação de insuficiência feita exclusivamente por pessoa natural, só sendo possível o indeferimento da gratuidade se estiver provado nos autos a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, conforme previsão do §2º do supracitado artigo.

Diante do exposto, requer a concessão do benefício da GRATUIDADE DA JUSTIÇA, por ser medida da mais perfeita Justiça, conforme os dispositivos legais acima expostos.

DO INTERESSE DE AGIR

Via administrativa inadequada – Irregularidades no pagamento leva ao ajuizamento para cobrança de diferenças, recebeu R\$ 1.687,50, (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.





Dra. Suely Fernandes Ribeiro de Sousa
OAB/RN 17.267
Dra. Geonara Araújo de Lima
OAB/RN 16.005

procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da CF.

Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO.

1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária.

2. A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.





30/09/2009).

APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. SENTENÇA DESCONTITUÍDA. A falta de requerimento administrativo não retira dos beneficiários o direito de postular a indenização diretamente na Justiça, sob pena de violação ao direito constitucional 5ºXXXVCF.

Contudo, para afastar qualquer dúvidas quanto à inadequação da via administrativa no seguro DPVAT, a parte autora, expõe abaixo, os motivos pelos quais é OBRIGADA A INGRESSAR COM A PRESENTE AÇÃO:

Veja que o principal motivo, é o fato da seguradora ter fins lucrativos, o que por si só, torna tal procedimento inviável para as vítimas, uma vez que tal procedimento sequer garante o contraditório e a ampla defesa, não podendo assim, ser comparada ao INSS, porque o INSS não tem fins lucrativos e seus procedimentos administrativos foram criados por lei, garantindo ainda a ampla defesa e o contraditório. Ao contrário, a seguradora visa tão somente o LUCRO em detrimento das vítimas.

- Administrativamente a seguradora não paga a correção monetária cujo o termo inicial, deve ser a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.





fixo e não houve correção).

- Nos processos administrativos realizados pela seguradora, quando realizada a perícia, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médicos escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia médica, e são obrigados a seguir um formulário que contém as quantificações definidas em 10%, 25%, 50%, 75% e 100%, ou seja, se a incapacidade de uma pessoa for de 90%, os profissionais tem que marcar 75%, e assim degressivamente, prejudicando as vítimas.

- Além dos sérios problemas com a imparcialidade das perícias da seguradora, a mesma, impõe óbices no pagamento administrativo mesmo que a menor, alegando causas banais ou já superadas pelo entendimento jurisprudencial, como por exemplo a exigência no pagamento do DUT.

- A Seguradora Líder diligencia e faz todos os esforços junto ao governo federal, câmara dos deputados e ao senado, para aprovarem medidas provisórias e leis, que só visam ao lucro para o convênio DPVAT e sempre em detrimento das vítimas.

Por esses motivos, TODOS os processos administrativos referentes a invalidez permanente e DAMS, são objetos de lide no judiciário, porque a seguradora nunca faz o pagamento correto, ou seja, a seguradora apenas usa o procedimento do pagamento administrativo para atrasar a vítima, e até desmotiva-la.

Portanto, exigir que o beneficiário tenha o trabalho duplo para receber, sem contudo ser indenizado das despesas que isso gera ao mesmo, é no mínimo ultrajante, pois só beneficia a seguradora na sua gana em

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.





enriquecer-se em detrimento da vítima.

Diante de todos esses motivos, não há que se falar também em princípio da causalidade e sucumbência autoral, pois como visto, a seguradora historicamente sempre deu muitos motivos para o ajuizamento de ações de cobranças de seguros.

Como visto, a obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se como irrelevante e incompatível com o princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição da República, que não estabeleceu como condição de acesso à Justiça que a parte acione ou esgote as vias administrativas, esse princípio, resguarda o jurisdicionado no direito, por exemplo, de discutir judicialmente, justamente por conta dessas situação acima expostas.

DA CITAÇÃO

O Código de Processo Civil em vigor estabelece, em seu Art. 240 que a citação válida, ainda quando ordenada por Juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, sendo assim, direito que assiste à parte requerente.

Por sua vez, segundo o Art. 239 do NCPC, é indispensável à citação do réu, senão vejamos:

Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. (Grifamos)

*Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.*





Dra. Suely Fernandes Ribeiro de Sousa
OAB/RN 17.267
Dra. Geonara Araújo de Lima
OAB/RN 16.005

Ressalte-se ainda que, para que ocorra a audiência de conciliação ou mediação deverá o réu ser citado com antecedência mínima de 20 dias, in verbis:

Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.
(Grifamos)

Assim, por todo o exposto, requer a parte autora que seja determinada por este MM. Juízo, a citação da Seguradora Ré na forma estabelecida nos Artigos 239 e 334 do Código de Processo Civil.

DA PERÍCIA ANTECIPADA

O novo Código de Processo Civil estabelece em seu Artigo 139, VI, a possibilidade de alteração da ordem da produção dos meios de prova, adequando-os as necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito.

Por sua vez, o Art. 381, em seu inciso II, prevê a admissibilidade da produção antecipada de prova quando esta seja suscetível de viabilizar a auto composição ou outro meio de solução de conflitos.

Destarte, nos processos onde se discute a existência de diferenças de valores a serem pagos em razão do seguro DPVAT, a produção da prova pericial é de fundamental importância para a apuração da extensão do dano

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.





Dra. Suely Fernandes Ribeiro de Sousa
OAB/RN 17.267
Dra. Geonara Araújo de Lima
OAB/RN 16.005

e, por conseguinte, a quantificação das diferenças pleiteadas.

Nessa esteira de entendimento, a produção antecipada da perícia médica é de suma relevância para a viabilização da conciliação no presente caso.

Assim, requer a parte autora, a aplicação dos artigos supracitados para alterar a ordem de produção da prova pericial para que seja antecipada a sua realização, custeada pela Seguradora Ré, de forma a viabilizar eventual proposta de acordo.

Ocorre que, a parte Autora já havia requerido indenização perante Seguradora Ré, tendo aberto o sinistro de nº 3180561590 e, tendo sido negada a indenização administrativamente.

O Requerente perfaz o direito de ser dignamente indenizado, com a observação da proporcionalidade e repercussões das graves lesões e sequelas que sofreu em toda extensão do seu corpo em decorrência do acidente.

INSERIR O VALOR DO PAGAMENTO

Em razão disto, pleiteia o recebimento da indenização corrigida monetariamente e acrescida dos juros legais.

DOS FATOS

Trata-se de seguro devido em face de acidente que ocorreu no dia 02/08/2018, as 05:15hs da manhã, quando vinha no percurso do trabalho

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.





Dra. Suely Fernandes Ribeiro de Sousa

OAB/RN 17.267

Dra. Geonara Araújo de Lima

OAB/RN 16.005

para sua casa, um ônibus ultrapassou o sinal vermelho atingindo o autor vinha em uma moto, teve fratura exposta na tíbia e fíbula e tornozelo de sua perna direita, quando transitava pela av. rio grande do sul com a Av. Paraíba em Cidade Nova bem próximo de sua casa, foi socorrido pela SAMU ao Hospital Clovis Sarinho, onde passou por uma intervenção cirúrgica CID 10 S 82 (Fratura dos ossos da perna esquerda grau III, e tornozelo teve perda substancia de pele necessitando de enxerto e desbridamento, fratura de tíbia e fíbula necessitou de procedimento cirúrgico.

De acordo com Dr. Enoi Saldanha da Câmara, CRM 396, o autor foi acometido de CID 10 - S82.3 Fratura da extremidade distal da tíbia.

Espaço Comercial André Barbosa

Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,

Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.



Assinado eletronicamente por: GEONARA ARAUJO DE LIMA - 28/11/2019 11:50:52

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112811505215200000049532423>

Número do documento: 19112811505215200000049532423



Dra. Suely Fernandes Ribeiro de Sousa
OAB/RN 17.267
Dra. Geonara Araújo de Lima
OAB/RN 16.005

Dr. Enoi Saldanha da Câmara
PROFESSOR ADJUNTO EM ORTOPEDIA - CRM/RN 396

Laudo Médico

O Sr. Domingos
Augusto Custódio
vítima de acidente
de moto, sofreu
em consequência fraturas
cominutivas
1/3 distal omo de
perna esquerda
582.3
necessita de tra-
tamento de tra-
balho, por 90
dias.
7/05/19

Dr. Enoi Saldanha da Câmara
Prof Adjunto em Ortopedia
CRM 396 - CPF: 019.885.144-87

RUA JOAQUIM MANOEL, 615 - PETRÓPOLIS - FONE: (84) 98846-3107 - NATAL/RN

Diante de tal fato, seria devido o pagamento do prêmio segurado,
na forma do Art. 3º, da Lei nº 6.194/74, o que foi concedido administrativamente

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.





Dra. Suely Fernandes Ribeiro de Sousa
OAB/RN 17.267
Dra. Geonara Araújo de Lima
OAB/RN 16.005

em parte pois o valor pago foi abaixo do que deveria de acordo com a lesão.

Ocorre que tal motivo não pode prosperar, razão pela qual intenta a presente ação.

DO DIREITO

A Lei 6.194/74 prevê que o beneficiário receba o valor da cobertura do seguro DPVAT junto a qualquer seguradora do Consórcio Estabelecido no Artigo 7º da referida norma.

Ainda de acordo com a supramencionada Lei, basta a mera demonstração de que a incapacidade ou debilidade permanente decorreu de acidente automobilístico e a qualidade de beneficiário/vítima de quem requer a indenização.

Conforme a documentação colacionada aos autos do processo, os requisitos legais supracitados encontram-se devidamente comprovados.

Ressalte-se que, tendo a Medida Provisória n. 340, de 29 de Dezembro de 2006, posteriormente convertida na Lei nº. 11.482/2007, fixado o valor devido aos segurados em razão da invalidez ou debilidade permanente, estabelecendo o valor máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), desvinculando-o do salário mínimo, faz-se necessária a preservação do valor estabelecido pelo legislador, devendo ser aplicada a correção monetária a partir da data do evento danoso.

Neste sentido, decidiu o Superior Tribunal de Justiça em 27 de maio de 2015 ao julgar o Recurso Especial tombado sob o número 1.483.620 – SC.

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.





Dra. Suely Fernandes Ribeiro de Sousa
OAB/RN 17.267
Dra. Geonara Araújo de Lima
OAB/RN 16.005

Nos termos do art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Conforme documentação probatória, o nexo de causalidade entre o fato ocorrido (acidente) e o dano dele decorrente são inequívocos, fazendo jus o Autor ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.





Dra. Suely Fernandes Ribeiro de Sousa
OAB/RN 17.267
Dra. Geonara Araújo de Lima
OAB/RN 16.005

No presente caso, tem-se em tela um ato ilícito pelo descumprimento de obrigação contratual por parte do Réu, o que se enquadra no Código Civil nos seguintes termos:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Ou seja, pela omissão voluntária do réu, que reflete diretamente num prejuízo ao Autor tem-se configurado um ato ilícito.

No mesmo sentido, o Código Civil dispõe:

Art. 389. Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.

Portanto, trata-se de necessária indenização proporcional ao dano sofrido pelo Autor, conforme precedentes sobre o tema:

DPVAT. Ação de cobrança. Boletim de Ocorrência que revela a dinâmica do acidente. Carro desgovernado que atinge o braço do Autor. Acidente coberto pelo seguro

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.





Dra. Suely Fernandes Ribeiro de Sousa
OAB/RN 17.267
Dra. Geonara Araújo de Lima
OAB/RN 16.005

obrigatório. Sentença confirmada. Recurso desprovido.
(TJ-SP 10172507820168260451 SP 1017250-
78.2016.8.26.0451, Relator: Pedro Baccarat, 36ª Câmara de
Direito Privado, Data de Publicação: 04/05/2018)

DPVAT. Seguro obrigatório. Acidente automobilístico.
Sequelas residuais permanentes. Obrigatoriedade do
pagamento do DPVAT às vítimas de acidentes. De acordo
com entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a
indenização do seguro, em caso de invalidez parcial do
beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da
invalidez. Incidência da correção monetária desde o
evento danoso, nos termos da súmula 580 do STJ.
Provimento parcial do recurso. (TJ-RJ - APL:
01481217420148190001 RIO DE JANEIRO CAPITAL 44
VARA CÍVEL, Relator: FERDINALDO DO
NASCIMENTO, DÉCIMA NONA CÂMARA CÍVEL, Data
de Publicação: 11/05/2018)

Trata-se da necessária aplicação da lei, uma vez que demonstrado o
compromisso firmado pelo contrato e a ocorrência do descumprimento, outra
solução não resta se não o imediato pagamento do débito, conforme
amplamente protegido pelos tribunais.

CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL

Conforme precedentes sobre o tema, o valor apurado deve sofrer
correção monetária a partir da data do sinistro, conforme clara redação da
Súmula 43 do STJ:

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.





Dra. Suelly Fernandes Ribeiro de Sousa
OAB/RN 17.267
Dra. Geonara Araújo de Lima
OAB/RN 16.005

Súmula 43 - Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo. (Súmula 43, CORTE ESPECIAL, julgado em 14/05/1992, DJ 20/05/1992)

Este entendimento predomina na jurisprudência, vejamos:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. ATUALIZAÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO PREVISTO NA LEI N. 6.194/1974 DESDE A DATA DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 580 DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-SC - AC: 03101020720168240033 Criciúma 0310102-07.2016.8.24.0033, Relator: Maria do Rocio Luz Santa Ritta, Data de Julgamento: 08/05/2018, Terceira Câmara de Direito Civil)

ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DO EVENTO DANOSO. TESE FIRMADA PELO STJ SOB O FORMATO DO ART. 543-C DO CPC (REsp. 1.483.620/SC). JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO (STJ, SÚMULA 426). RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. 1. Ocorrido o acidente automobilístico, aferido que as lesões experimentadas pela vítima determinaram sua incapacidade parcial permanente decorrente da debilidade permanente do membro inferior esquerdo em um segmento que passara a afligi-la, patenteado o nexo de causalidade enlaçando o

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.





Dra. Suely Fernandes Ribeiro de Sousa

OAB/RN 17.267

Dra. Geonara Araújo de Lima

OAB/RN 16.005

evento danoso à invalidez que a acomete, assiste-lhe o direito de receber a indenização derivada do seguro obrigatório - DPVAT - (...), a omissão legislativa sobre a previsão de atualização do delimitado como simples forma de preservar a identidade das coberturas no tempo por estarem sujeitas ao efeito corrosivo da inflação obsta que seja determinada a correção das indenizações devidas desde o momento da fixação da base de cálculo, determinando que sejam atualizadas somente a partir do evento danoso, conforme tese firmada pela Corte Superior de Justiça sob o formato do artigo 543-C do CPC/73 em sede de julgamento de recursos repetitivos (Resp 1.483.620/SC), e incrementadas dos juros de mora legais a contar da citação (STJ, súmula 426). 5. Apelação conhecida e provida. Unânime. (TJ-DF 20170110092880 DF 0002977-97.2017.8.07.0001, Relator: TEÓFILO CAETANO, Data de Julgamento: 25/04/2018, 1ª TURMA CÍVEL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 03/05/2018 . Pág.: 124-140)

Motivos pelos quais, demonstrada a negativa de cobertura pela seguradora, devida a atualização dos valores devidos a partir da data do evento danos, qual seja 02/08/2018.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – DO REGRAMENTO DO NOVO CPC

O Novo Código de Processo Civil estabelece em seu Artigo 85, §8º que, ao Julgar a ação, o Juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, quando for irrisório ou inestimável o proveito econômico ou quando o valor da causa for muito baixo.

Espaço Comercial André Barbosa

Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,

Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.



Assinado eletronicamente por: GEONARA ARAUJO DE LIMA - 28/11/2019 11:50:52

<https://pje1g.trjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112811505215200000049532423>

Número do documento: 19112811505215200000049532423



Dra. Suely Fernandes Ribeiro de Sousa
OAB/RN 17.267
Dra. Geonara Araújo de Lima
OAB/RN 16.005

Nesta senda, levando em conta o grau do zelo profissional, bem como o trabalho realizado pelo patrono do autor, requer a condenação da parte Ré ao pagamento de honorários em valor não inferior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais) nos termos do NCPC.

DOS PEDIDOS

- ✓ A concessão da GRATUIDADE DA JUSTIÇA;
- ✓ Que todas as publicações na Imprensa Oficial sejam feitas, única e exclusivamente, em nome da Dra. SUELY FERNANDES RIBEIRO DE SOUZA, inscrito nos quadros da OAB, Seccional do Rio Grande do Norte, sob o nº 17.267 e Dra. GEONARA ARAÚJO DE LIMA, inscrito nos quadros da OAB, Seccional do Rio Grande do Norte, sob o nº 16.005, bem como para fins do Artigo 39, I, do Código de Processo Civil, que sejam remetidas todas as futuras intimações para o seu endereço Profissional na Rua Dos Canindés, nº. 1235, sala 04, Alecrim, CEP, 59030-600, Natal - Rio Grande do Norte, sob pena de nulidade processual por cerceamento de defesa;
- ✓ Citação da Seguradora Ré na forma estabelecida nos Artigos 239 e 334 do Código de Processo Civil;
- ✓ Realização de Perícia Médica antecipada e custeada pela Seguradora Ré, nos termos do Art. 139, VI do CPC/2015;
- ✓ Inversão do ônus da prova;
- ✓ Que julgue a presente Ação TOTALMENTE PROCEDENTE, reconhecendo o direito a indenização, e determine que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com juros a partir da citação, e CORREÇÃO MONETÁRIA com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em até R\$ 13.500,00, ou seja, dia

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.





29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção);

- ✓ f) A condenação da Requerida no pagamento das custas e demais despesas processuais, bem como no pagamento dos honorários advocatícios.
- ✓ Quanto aos honorários advocatícios, requer seja condenada a seguradora, de acordo com o art. 20, § 3º, ou seja, no importe de 20%, caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo indenizável, ou seja, o máximo indenizável é de R\$ 13.500,00, portanto, a metade é de R\$ 6.750,00, se o valor da condenação for maior que isso, pugna pela aplicação do parágrafo 3º do art. 20 do CPC na condenação dos honorários.
- ✓ Porém, caso o valor a ser indenizada à parte autora, não ultrapasse a metade do valor máximo indenizável, o que torna pequeno o valor, requer a condenação da Requerida nos honorários advocatícios, com fundamento no parágrafo 4º do art. 20 do CPC, evitando assim honorários irrisórios e a consequente desvalorização profissional.
- ✓ Seja a Ré condenada ao pagamento em favor do Autor da indenização no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), a ser corrigido monetariamente a partir da data do evento danoso e observado o correto grau de invalidez, bem como a devida proporcionalidade das lesões e suas REPERCUSSÕES;
- ✓ Pagamento de Juros de mora legais na forma da recomendação prevista na Súmula nº. 54 do Superior Tribunal de Justiça e custas processuais, bem como honorários advocatícios, estes arbitrados em valor não inferior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais) nos termos do Art. 85, §8º do NCPC.

Protesta por todos os meios de prova em Direito admitidos, especialmente prova pericial médica, conforme quesitos adiante anexos e, ainda, prova documental, em especial complementar com a ulterior juntada de documentos.

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.





Dra. Suelly Fernandes Ribeiro de Sousa
OAB/RN 17.267
Dra. Geonara Araújo de Lima
OAB/RN 16.005

Dá-se à presente causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para efeitos fiscais e de alçada.

Nestes termos, pede deferimento.

Natal, 28 de novembro de 2019.

GEONARA ARAÚJO DE LIMA
OAB/RN 16.005

SUELY FERNANDES RIBEIRO DE SOUZA
OAB/RN 17.267

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.





Dra. Geonara Araújo de Lima
OAB/RN 16.005
Dra. Suely Fernandes Ribeiro de Sousa
OAB/RN 17.267

INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: DOMINGOS AUGUSTO CUSTÓDIO, brasileiro, união estável, vigilante, portadora do Rg de nº 428.684 SSP/RN e CPF de nº: 443.453.644-34, residente e domiciliado na RUA SANTA MARIA GORETTI, nº 87 bairro FELIPE CAMARÃO – NATAL/RN CEP: 59.072-390, Cel: (84) 98705-0305.

OUTORGADO: SUELY FERNANDES RIBEIRO DE SOUSA, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/RN, sob o nº 17.267; GEONARA ARAÚJO DE LIMA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RN sob o nº 16.005, ambas com endereço para intimações na Rua dos Canindés, nº 1235 – Galeria André Barbosa, bairro do Alecrim, Natal/RN CEP 59030-600, para o futuro denominado **CONTRATADO**, contratam da forma que segue:

PODERES: O outorgante concede procuração geral para o foro, conforme o artigo 105 do CPC, bem como os poderes da cláusula "ad judicium et extra" e os poderes especiais para transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, dar e receber quitação, firmar compromisso, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, representar junto às instituições e repartições públicas federais, estaduais e municipais, autárquicas, sociedades de economia mista, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas físicas em geral, podendo substabelecer, e, finalmente, praticar todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato, especificamente, para propor ação judicial contra a SEGURADORA DE DPVAT LIDER.

Natal, 03 de Maio de 2019.

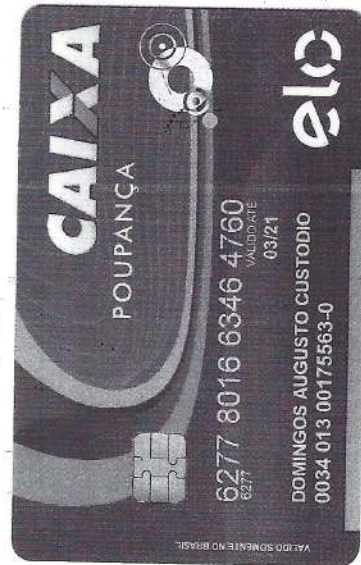
DOMINGOS AUGUSTO CUSTÓDIO

CPF nº: 443.453.644 - 34

Outorgante

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.







Dra. Geonara Araújo de Lima
OAB/RN 16.005
Dra. Suely Fernandes Ribeiro de Sousa
OAB/RN 17.267

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA COM PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA

Pela presente e na melhor forma de direito, **DOMINGOS AUGUSTO CUSTÓDIO**, brasileiro, união estável, vigilante, portadora do Rg de nº 428.684 SSP/RN e CPF de nº: 443.453.644-34, residente e domiciliado na RUA SANTA MARIA GORETTI, nº 87 bairro FELIPE CAMARÃO – NATAL/RN CEP: 59.072-390, Cel: (84) 98705-0305, para os fins específicos do beneplácito previsto no inciso LXXIV, do artigo 5º da Constituição Federal, c/c a Lei nº 1.060/50, artigo 1º da Lei nº 7.115/83 e nos termos do artigo 98 e seguintes da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), **DECLARA**, sob as penas da lei, não ter condições financeiras de arcar com custas e despesas processuais, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, razão pela qual requer o deferimento da concessão dos benefícios da **JUSTIÇA GRATUITA**. Requeiro, ainda, que o benefício abranja todos os atos do processo.

Natal 03 de MAIO de 2019

DOMINGOS AUGUSTO CUSTÓDIO
CPF nº: 443.453.644 - 34

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
POLÍCIA MILITAR
COMANDO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL
SETOR DE TRÁFEGO

DECLARAÇÃO Nº 067 / 2018

Declaro para os devidos fins que em referência ao **BOAT nº 100221, do dia 02 de Agosto de 2018**, houve um equívoco do policial que registrou o referido acidente ao deixar em branco o nome do proprietário no “campo 04”, passa-se a ler: **“Proprietário do Veículo Jonny / HYPE50 49CC de Chassi: LHJXCBLD8CB309899, de Cor Vermelha, o Sr. Joaquim Conceição de Lima, CPF nº 146.258.574-49”** e aditar que neste sinistro o condutor e vítima de V-2, era o Sr. **Domingos Augusto Custodio, CPF nº 443.453.644-34**, Data de Nascimento: **23/02/1960**, (campo 04 e Campo 11).

Natal / RN, 13 de Dezembro de 2018.

MARCÍLIO Félix Pinheiro da Silva, Sub Ten PM.
Matrícula: 112.417-0
Chefe do Setor de Tráfego





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Estado de Saúde Pública

Hospital Monsenhor Walfrado Gurgel

Pronto Socorro Oliva Santos

ATESTADO
MÉDICO

ATESTADO

Atestado para os devidos fins, que o(a) segurado(a)

Domingos

Augusto Custódia

foi examinado(a) nesta Unidade de Saúde às 15 horas, e necessita

afastar-se de suas atividades profissionais / estudantis, durante um período

de 15 (quinze) dia (s), por motivo de doença

a partir desta data.

Autorização do paciente para
divulgação do CID.

CID. 10 nº

S82

Local e data

Natal, 21/8/18

Dr. Alípio Carmo N. Segura
Ortopedia e Traumatologia
CRM 47627

Assinatura e carimbo do profissional

Missão: Oferecer, no âmbito hospitalar, assistência à saúde para crianças e adultos em situação de emergências clínicas, cirúrgicas, agravos de causas externas, em especial o trauma, de acordo com as melhores práticas clínicas e contribuir para o ensino e a pesquisa em saúde à luz dos valores éticos e humanitários.





ATESTADO MÉDICO

Atesto para os fins que se fizerem necessários,

que o (a) Sr. (a) Domingos Augusto Custódio foi examinado

(a) nesta Unidade de Saúde às 11:10 horas,

Necessitando de 30 (trinta) dias de

afastamento do trabalho por motivo de moléstia classificada no C.I.D. com

nº S - 82.6, a partir da presente data.

Parnamirim/RN 15 / 09 / 18


Médico CRM
Diana Canô de A. R.
Ortopedia Traumatologia
CRM RN 2795
TEO 6471



Rio de Janeiro, 30 de Novembro de 2018

Aos Cuidados de: DOMINGOS AUGUSTO CUSTODIO

Nº Sinistro: 3180561590
Vítima: DOMINGOS AUGUSTO CUSTODIO
Data do Acidente: 02/08/2018
Cobertura: INVALIDEZ
Procurador: ANDRE DA CRUZ GONCALVES

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180561590**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 13653185

Pag. 01707/01708 - carta_01 - INVALIDEZ





Dra. Geonara Araújo de Lima
OAB/RN 16.005
Dra. Suelly Fernandes Ribeiro de Sousa
OAB/RN 17.267

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

CONTRATANTE: DOMINGOS AUGUSTO CUSTÓDIO, brasileiro, união estável, vigilante, portadora do Rg de nº 428.684 SSP/RN e CPF de nº: 443.453.644-34, residente e domiciliado na RUA SANTA MARIA GORETTI, nº 87 bairro FELIPE CAMARÃO – NATAL/RN CEP: 59.072-390, Cel: (84) 98705-0305; doravante denominado **CONTRATANTE**;

CONTRATADOS: SUELY FERNANDES RIBEIRO DE SOUSA, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/RN, sob o nº 17.267; GEONARA ARAÚJO DE LIMA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RN sob o nº 16.005, ambas com endereço para intimações na Rua dos Canindés, nº 1235 – Galeria André Barbosa, bairro do Alecrim, Natal/RN CEP 59030-600, para o futuro denominado **CONTRATADO**, contratam da forma que segue:

1º - Constitui, o **CONTRATANTE** seus patronos os **CONTRATADOS**, para a finalidade de ajuizar, **AÇÃO INDENIZATÓRIA CONTRA O SEGURO DPVAT**.

2º A **CONTRATANTE** pagará a título de honorários convencionais ao **CONTRATADO** o montante de 30% (trinta) por cento de eventuais valores a que faça “jus” a título de indenização ou atrasados, na Obrigação de Pagar e de Fazer, desmembrados diretamente do crédito principal em nome do contratante, conforme firmado em procuração.

I – O pagamento deverá ser feito quando do recebimento ao término do processo, caso seja favorável.

II – O pagamento deverá ser realizado no escritório com endereço referido no rodapé.

3º - A verba de sucumbência, havendo, pertencerá integralmente ao advogado, conforme dispõe a legislação competente.

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.





Dra. Geonara Araújo de Lima
OAB/RN 16.005
Dra. Suelly Fernandes Ribeiro de Sousa
OAB/RN 17.267

4º - O **CONTRATADO** se compromete a bem e fielmente patrocinar a demanda, estando disponível para prestar esclarecimentos ao **CONTRATANTE** em seu endereço profissional, e em horário comercial.

5º - Desistindo da demanda a qualquer tempo, ou revogando o mandato conferido expressa ou tacitamente, o **CONTRATANTE** pagará honorários proporcionais, considerada a situação do processo, observada a tabela da OAB/RN. O mesmo vale em caso de substabelecimento.

6º - É desde já esclarecida à **CONTRATANTE** que o descumprimento de qualquer das cláusulas do presente instrumento importará no ajuizamento da ação competente, seja execução, monitória, cobrança, etc.

7º - Para solução de demandas, as partes elegem o foro da Comarca de Natal/RN.

E, por estarem firmados, assinam o presente contrato após leitura e esclarecimentos.

Natal, 20 de Março de 2019.

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.





Dra. Geonara Araújo de Lima
OAB/RN 16.005
Dra. Suelly Fernandes Ribeiro de Sousa
OAB/RN 17.267

Domingos Augusto Custódio

DOMINGOS AUGUSTO CUSTÓDIO

CPF nº: 443.453.644 - 34

Contratante

Suelly Fernandes Ribeiro de Sousa

SUELY FERNANDES RIBEIRO DE SOUSA

OAB/RN 17.267

Contratado

Geonara Araújo de Lima

GEONARA ARAUJO DE LIMA

OAB/RN 16.005

Contratado

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.



A CARTEIRA PROFISSIONAL

Por menos que pareça e por mais trabalho que dê ao interessado, a carteira profissional é um documento indispensável à proteção do trabalhador.

Elemento de qualificação civil e de habilitação profissional, a carteira representa também título originário para a colocação, para a inscrição sindical e, ainda, um instrumento prático do contrato individual de trabalho.

A carteira, pelos lançamentos que recebe, configura a história de uma vida. Quem a examina, logo verá se o portador é um temperamento aquietado ou versátil; se ama a profissão escolhida ou ainda não encontrou a própria vocação; se andou de fábrica em fábrica, como uma abelha, ou permaneceu no mesmo estabelecimento, subindo a escala profissional. Pode ser um padrão de honra. Pode ser uma advertência.

(a) Alexandre Marcondes Filho



MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE EMPREGO E SALÁRIO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Série 00001-RN

Número 60910



Domingas Augusto Custódio

ASSINATURA DO PORTADOR



Nome

Domingos Augusto Custódio

Loc. Nasc.

pte, Juscelino

Est.

RN Data 23/02/60

Filiação

José Custódio da Silva
e Anita Pinheiro da
Silva

Est. Civil

solteiro

Doc. N°

Fls.

Liv

Reg. Civil

Outro doc.

Situação Militar: Doc.

698 I

Nº

312175 Órgão 24ª CSM

Est.

RN

Naturalizado Dec. N°

Em

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em

Doc. Ident. N°

Exp. em

Estado

Obs.

Data Emissão

10/02/80 pte Juscelino

Assinatura do Funcionário

EMITIDA P/ PREFEITURA PTE. JUSCELINO

(Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome

Doc.

Nome

Doc.

Nome

Doc.

Est. Civil

Doc.

Est. Civil

Doc.

Nascimento

Doc.



Empregador **TELE REDES E TELECOMUNICAÇÕES**

Rua **Santa Teresinha** N.º **516**

Município **João de Deus** Est. **RJ**

Esp. do estabelecimento **Eng. Telecomunicações**

Cargo **Auxiliar de Serviços Gerais**

C.B.O. nº

Data admissão **19** de **Janeiro** de 19 **81**

Registro nº **312** Pts/Ficha

Remuneração especificada **Sal 2500 (mês e cinco**

centavos por hora)

TELE REDES E TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1º

2º

Data saída **20** de **Janeiro** de 19 **81**

TELE REDES E TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1º

2º

Empregador **JOÃO FORTES ENGENHARIA S/A**

Rio de Janeiro - RJ

Rua **México n.º 21 - 2.º andar** N.º

Município **Tel: 244-1355 - Ramal 178** Est.

Esp. do estabelecimento **Construção Civil**

Cargo **Operário**

C.B.O. nº

Data admissão **05** de **Março** de 19 **81**

Registro nº **42395** Pts/Ficha

Remuneração especificada **Sal 3200 (mês e cinco**

centavos por hora)

JOÃO FORTES ENGENHARIA S/A

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1º

2º

Data saída de de 19

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1º

2º



FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(LEI N.º 5.107/66 REGULAMENTADA PELO DEC. N.º 59.820/66)

OPÇÃO 14/01/81 RETRATAÇÃO
Dia Mês Ano Dia Mês Ano
Banco depositário Deuige S/A.
Agência Buenos Aires 90
Praça Rio de Janeiro Estado RJ
Empresa **TELE REDES E TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**
Carimbo e assinatura do empregador

OPÇÃO 05/03/81 RETRATAÇÃO
Dia Mês Ano Dia Mês Ano
Banco depositário **ITAO S/A.**
Agência **CASTELO**
Praça **RIO** Estado **RIO**
Empresa **JOÃO FORTES ENGENHARIA S/A.**
Carimbo e assinatura do empregador

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(LEI N.º 5.107/66 REGULAMENTADA PELO DEC. N.º 59.820/66)

OPÇÃO RETRATAÇÃO
Dia Mês Ano Dia Mês Ano
Banco depositário
Agência
Praça Estado
Empresa
Carimbo e assinatura do empregador

OPÇÃO RETRATAÇÃO
Dia Mês Ano Dia Mês Ano
Banco depositário
Agência
Praça Estado
Empresa
Carimbo e assinatura do empregador



FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(LEI N.º 5.107/66 REGULAMENTADA PELO DEC. N.º 59.820/66)

OPÇÃO			RETRATAÇÃO		
Dia	Mês	Ano	Dia	Mês	Ano
Banco depositário					
Agência					
Praça			Estado		
Empresa					
Carimbo e assinatura do empregador					

OPÇÃO			RETRATAÇÃO		
Dia	Mês	Ano	Dia	Mês	Ano
Banco depositário					
Agência					
Praça			Estado		
Empresa					
Carimbo e assinatura do empregador					

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

CADASTRADO COMO PARTICIPANTE DO
PIS EM 11/11/81 SOB
N.º 127484763 TENDO CONTA
NO BANCO de Estado de
Minas Gerais S/A
AGÊNCIA - Baurinhos Páris
ENDEREÇO - Avenida Aims, 40

O portador da presente Carteira
profissional foi admitido por
instrumento escrito, pelo prazo
de 30 (trinta) dias de experiência,
podendo o dito acordo ser res-
cindido por qualquer das partes
antes do prazo estabelecido.

Local, 14/11/81

TELE. REDES E TELECOMUNICAÇÕES LTDA



(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

O local em que o portador do presente cartão de
 identificação, a suas funções, e o exercício do
 cargo, a sua permanência no local de trabalho,
 de que se trata com os dados pessoais, não sendo
 de sua obrigação, a de prestar com frequência, não reten-
 do ao empregado nenhum acréscimo de salários
 em virtude da mudança de local de trabalho.

[Assinatura]
 TELE REDES E TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)



USINA ESTIVAS S/A

Empregador ESTIVAS

ARES

Rua RIO GRANDE DO NORTE N°

Município

Esp. do estabelecimento AGRO IND ACUCAREIRA

Cargo Trab Rural

C.B.O. n°

Data admissão 14 de Outubro de 1983

Registro n° 9139 Fls/Ficha

Remuneração especificada em 1.030,00 (um mil e trinta cruzeiros) 8/

Prod. a USINA ESTIVAS S/A

Ass. do empregador ou a cargo c/ test.
 CPF 07338747-84

1º

2º

Data saída 13 de Dezembro de 1983

USINA ESTIVAS S/A

Ass. do empregador ou a cargo c/ test.

1º Vitor Silva - Recursos Humanos

2º CIO 142.338.784.87

Empregador Murilo Tavares de Melo

Rua Fazenda Braganca N°

Município Est. RJ

Esp. do estabelecimento Fazenda

Cargo Trabalhador Rural

C.B.O. n°

Data admissão 05 de Novembro de 1984

Registro n° 853 Fls/Ficha

Remuneração especificada em 5552 (cinco mil quinhentos e cinquenta e dois cruzeiros)

FAZENDA BRAGANCA

Romero Carvalho Tavares de Melo

Ass. do empregador ou a cargo c/ test.

1º Romero Carvalho Tavares de Melo

2º CPF 155.365.984.13

Gerente

Data saída 11 de Fevereiro de 1985

FAZENDA BRAGANCA

Ass. do empregador ou a cargo c/ test.

1º Romero Carvalho Tavares de Melo

2º CPF 155.365.984.13

Gerente



(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

O portador foi admitido em regime de
experiência por 45 dias, vencendo-se
em 23/11/83, conforme Contrato
firmado nesta data
USINA ESTIVAS S/A

O portador foi admitido em regime de
experiência por 45 dias, vencendo-se
em 19/12/84, conforme Contrato
firmado nesta data
FAZENDA BRAGANÇA

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)



Lauda Médica

O Sr. Domingos
Augusto Custódio
vítima de acidente
de moto, sofreu
um conjugado fratura
cominutiva
1/3 distal omo de
perna esquerda
582.3
necessita de tra-
tamento de tra-
balho, por 90
dias
7/05/19

Dr. Enoi Saldanha da Câmara
Prof Adjunto em Ortopedia
CRM 396 - CPF: 019.885.144-61

RUA JOAQUIM MANOEL, 615 - PETRÓPOLIS - FONE: (84) 98846-3107 - NATAL/RN



Dr. Enoi Saldanha da Câmara

PROFESSOR ADJUNTO EM ORTOPEDIA - CRM/RN 396

Laudo Médico

O Sr. Domingos
Augusto Custódio
vítima de acidente
de moto, sofreu
em consequência fraturas
cominutivas
1/3 distal omo de
perna esquerda
582.3
necessita de tra-
tamento de tra-
balho, por 90
dias
7/05/19

Dr. Enoi Saldanha da Câmara
Prof Adjunto em Ortopedia
CRM 396 - CPF: 019.885.144-61

RUA JOAQUIM MANOEL, 615 - PETRÓPOLIS - FONE: (84) 98846-3107 - NATAL/RN



Domínio An-
gulo Ant. dis
Preservo

Trinotegite

exercício pr-
prio e stios
do tronco
esquerda + nro
seus

10 meses

7/5/19

Dr. Enoi Saldanha da Câmara
Prof. Adjunto em Ortopedia
CRM 396 - CPF: 019.885.144-47



Domínio An-
gulo Ant. do
Preservo

Trinotegite

exercício pa-
rtes e stios
do tronco
esquerda + nro
seus

10 meses

7/5/19

Dr. Enoi Saldanha da Câmara
Prof. Adjunto em Ortopedia
CRM 396 - CPF: 019.885.144-47





SESAP/RN - HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL
PRONTO SOCORRO CLÓVIS SARINHO



BOLETIM DE ATENDIMENTO Nº 38781 /2018

Admissão: 02/08/2018 06:59:58

RECIBO
TURADO
EM 02/08/18

CIRURGIA GERAL - AMARELO

T2

Paciente: 86184 - DOMINGOS AUGUSTO CUSTODIO (58 a 5 m 8 d)

Nascimento: 23/02/1960

Natural: PRESIDENTE JUSCELINO BRASIL

Sexo: M Cor: PARDA

CNS:

CPF: 44345364434

Prof:

Mãe: ANITA PINHEIRO DA SILVA

Pai: JOSE CUSTODIO DA SILVA

Logradouro: SANTA MARIA GORETTI, 87

CEP: 59072390

Bairro: FELIPE CAMARÃO

Cidade: NATAL

Telefone: 84.987259026

Compl:

TOMOGRAFIA/INTENS
Data 02/08/18 06:33

Motivo: CARRO X MOTO

Origem: AMBUL. SAMU NATAL

Tipo: NÃO REFERENCIADO Tipo 1

*Empresa:

Exame: Col. lombar / Tórax / AN

Fluxograma:

Discriminador:

Médico:

OBS:

Classificação: 02/08/2018 06:52:39

HORA	P.A.	HGT	SatO2	FIO2	F.R.	F.C.	TEMP.	Glasgow	RTS
	120/80		98		22	90			

HISTÓRIA - CAUSA EFICIENTE DA LESÃO ALEGADA

Queixas: COLISÃO MOTO ONIBUS/ TRAUMA EM TORNOZELO E+ LOMBALGIA

Hora:

Paciente vem do SAMU a história dele tem sido muito ruim de sociedade
muito - onibus. Ele estava usando cinto e uma máscara, inclusive em cinto.
Está com dor muito no tornozelo e a mobilização do pé - não.
EGF, respiração e sigla.
Abd: flácido

EXAME FÍSICO (PRIMÁRIO)

A Vios - auscultação

B Boa respiração

C Boa pulso

D Glasgow 15

E lesão em pé esquerdo (H) - pé direito (H) - pé esquerdo (H) - pé direito (H)

OUTRAS OBSERVAÇÕES:

RAIOS-X
Realizado em: 02/08/18 Hora: 06:58
Técnico: _____

*Saída: -

DIAGNÓSTICO INICIAL - CID

via SX por MARIA AURISTELA LEANDRO. Ir em 02 de Agosto de 2018

Assinado eletronicamente por: GEONARA ARAUJO DE LIMA - 28/11/2019 11:50:58

https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1911281150586680000049533007

Número do documento: 1911281150586680000049533007

EXAME FÍSICO (SEGUNDÁRIO)		
A		
B		
C		
D		
E		
A(ALERGIAS)		
M(MEDICAÇÃO EM USO)		
P(PATOLOGIAS E CIRURGIAS PRÉVIAS)		
L(LIQ. E ALIMENTOS INGERIDOS)		
A(AMBIENTE E EVENTOS DO TRAUMA)		
V (PASSADO VACINAL)		
EXAMES COMPLEMENTARES(RADIOLOGIA E IMAGEM) <i>Raio-x do pé esquerdo obliquo</i> <i>Raio-x do pé esquerdo</i> <i>Raio-x do tornozelo esquerdo AP e P</i>	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS 	
CONDUTA PRIMÁRIA(MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS) <i>SFU 97 SBO-1 - BW ego</i>	OUTROS ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM <i>CG</i> <i>TC: Evolução do modelo posterior</i> <i>e de novo físico com sang + castro</i> <i>pulso forte</i> <i>Abd: flácido</i> <i>ca: batedor por hi-oxiprednison</i> <i>paciente ferido com compressão</i> <i>pub c.a</i>	
ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL	ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL	
ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE		
ESPECIALISTA 1 <i>Albardi</i>	HORA:	DATA:
ESPECIALISTA 2 <i>Wax</i>	HORA:	DATA:
ESPECIALISTA 3 <i>Dr. Vascular</i>	HORA:	DATA:
DESTINO DO PACIENTE:		
INTERNAÇÃO NA CLÍNICA:	DATA / /	HORA
SAÍDA: () DECISÃO MÉDICA () REVELIA () TRANSFERIDO PARA:		
ÓBITO: DATA / / HORA		
ENTREGUE À FAMÍLIA () COM ATESTADO () S.V.O () ITEP		



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

Secretaria de Estado da Saúde Pública
Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel
Pronto Socorro Clóvis Sarinho

**BOLETIM
OPERATÓRIO****IDENTIFICAÇÃO**

Nome: Domingos Augusto Avelino Reg. N°
Diagnóstico pré-operatório: Velocidade pela primeira cirurgia
Indicação terapêutica: Dilatador / limpar Urgência (X) Eletiva ()

INTERVENÇÃO

Data: 15/08/13 Início: Término: Duração:
Operador: A. L. M. CRM/CRO:
1º Auxiliar: CRM/CRO:
2º Auxiliar: CRM/CRO:
Instrumentador:
Anestesista: M. V. M. CRM/CRO:

RELATÓRIO DA INTERVENÇÃO

1) Dilatador do canal do ducto pancreático
2) Marcação da pele
3) Preparação da pele
4) Dilatador do ducto pancreático, limpar o ducto 09x06
5) Curativo

Dr. Carlos W. Siqueira
Traumatologia

CONFERE COM ORIGINAL
NATAL
MAT. M.
SABE
ASSINATURA

Coleta de material anatomo-patológico: () NÃO () SIM QUAL?
Coleta de material para microbiologia: () NÃO () SIM QUAL?





IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Domingos Augusto Cavalcanti

Reg. Nº

1174116

Diagnóstico pré-operatório:

Lesão de substância em plano e tenção E

Indicação terapêutica:

craniotomia + desbridamento

INTERVENÇÃO

Data:

20/18/18

Início:

11:00

Término:

12:10

Duração:

1h10min

2º Auxiliar:

1º Auxiliar:

Marco Almeida

Operador:

João Aires

CRM/CRO:

CRM/CRO:

CRM/CRO:

Instrumentador:

Ronaldo

Anestesiista:

Goitardo

CRM/CRO:

RELATÓRIO DA INTERVENÇÃO

1) Lesão lob anterior - amniotica + aneurisma + desgarro -

menor, 1 cm de diâmetro + coarctação de tronco de aorta -

relacionado + lesão de parênquima + lesão de fúndus em

pré e durante de aneurisma de parênquima + lesão de

fixação dos anexos + lesão de anexos + lesão de anexos +

indicação de aneurisma de anexos.

Dr. Marcos A. B. de Almeida
Médico - CRM 2875

Coleta de material anátomo-patológico: () NÃO () SIM QUAL?

Coleta de material para microbiologia: () NÃO () SIM QUAL?

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

Secretaria de Estado da Saúde Pública
Hospital Monsenhor Walfrido Gurgel
Pronto Socorro Clóvis Sarinho

**BOLETIM
OPERATÓRIO****IDENTIFICAÇÃO**

Nome: Dominique Augusto Caldas Reg. N° 1
Diagnóstico pré-operatório: Fratura bacia para E Grau III B
Indicação terapêutica: Tubo Esterno + Urgência (☒) Eletiva (☐)

INTERVENÇÃO

Data: 07/08/18 Início: _____ Término: _____ Duração: _____
Operador: Dr. Alípio CRM/CRO: _____
1º Auxiliar: _____ CRM/CRO: _____
2º Auxiliar: _____ CRM/CRO: _____
Instrumentador: _____
Anestesista: Dr. Japson CRM/CRO: _____

RELATÓRIO DA INTERVENÇÃO

- 1) Desinfecção da pele e do local de incisão
- 2) Incisão 1. Anterior
- 3) Lavagem com solução antisséptica
- 4) Visualização da fratura bacia para E
- 5) Redução da fratura + fixação com 2 placas + 10 parafusos
- 6) Lavagem da ferida com solução antisséptica
- 7) Ponto de sutura (D. 1.00)
- 8) Sutura + curativo

Alípio Carmo N. Japson
CRM 179.118-1

Alípio Carmo N. Japson
CRM 179.118-1

CONFERE COM ORIGINAL
[Handwritten signature and date 07/08/18]

Coleta de material anatomo-patológico: () NÃO () SIM QUAL?

material para microbiologia: () NÃO () SIM QUAL?





ATENDIMENTO ESPECIALIZADO 2- <i>MCN 9-006 02/08/18</i>	
ANAMNESE <i>Acidente Unipl KEG-15; sem defeitos neurológicos.</i>	
EXAME FÍSICO <i>T.C. Coluna lombar alt. de espessura osso escoliose em L3 e T12. nó seletivo ao trauma. Frontal E</i>	
EXAMES COMPLEMENTARES: (RADIOLOGIA E IMAGEM)****	LABORATÓRIO
OUTROS	
10138 - Pac. vítima de trauma em viô; com extensa fratura	
CONDUÇÃO PRIMÁRIA: (MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS)	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM
<i>no local. Rotação de 90° em ambas</i>	<i>(E)</i>
<i>de: fr. de osso de perna (E) (exposta)</i>	
<i>fr. de clavícula (E) fechada.</i>	
<i>(E) Gf. de osso de perna 2, 3 e 4</i>	
<i>no C.C.</i>	
<i>(Assinatura)</i>	
<i>Hausemann Morais</i> ORTOPEDISTA Assinatura e Carimbo do Responsável	Assinatura e Carimbo do Responsável
DESTINO DO PACIENTE: Nº do Boletim de Atendimento:	
INTERNAMENTO NA CLÍNICA: DATA: / / HORA:	
SAÍDA: DATA: / / HORA:	
Decisão Médica <input type="checkbox"/> À Revelia <input type="checkbox"/> Transferido para:	
ÓBITO: DATA: / / HORA:	
Entregue à família com Atestado <input type="checkbox"/> S.V.O. <input type="checkbox"/> I.T.E.P. <input type="checkbox"/>	

Médico (Carimbo)

Destacar nessa linha e entregar ao paciente após a sua liberação

DESTINO DO PACIENTE: Nº do Boletim de Atendimento:	
INTERNAMENTO NA CLÍNICA: DATA: / / HORA:	
SAÍDA: DATA: / / HORA:	
Médica <input type="checkbox"/> À Revelia <input type="checkbox"/> Transferido para:	









Nome: DOMINGO AUGUSTO CUSTODIO

TRM

RG

DATA: 16/10/2016 09:45:19

CPF

TORNOZELO: 4017



Assinado eletronicamente por: GEONARA ARAUJO DE LIMA - 28/11/2019 11:50:59

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112811505906400000049533012>

Número do documento: 19112811505906400000049533012



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Estado da Saúde Pública
Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel
Pronto Socorro Clóvis Sarinho

RECEITUÁRIO

NOME _____

MATRÍCULA _____

Retorno ambulatorial - Cirurgia Plástica.

Segundas, Quartas e Sextas.
a partir das 8:00.

12/09/18


Dra. Ana Cecília Matias
MÉDICA
CRM-RN 9164

DATA 12/09/18

MÉDICO - CRM _____

**FUMAR FAZ MAL À SAÚDE - USE CINTO DE SEGURANÇA,
PILOTE SEMPRE COM CAPACETE - NÃO BEBA AO DIRIGIR
ESTE HOSPITAL É SEU, É MEU É NOSSO.**





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Secretaria de Estado da Saúde Pública
Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel
Pronto Socorro Clóvis Sarinho

RECEITUÁRIO

NOME

MATRÍCULA

Isabelo Nideu

Isabelo Nideu

Atento para o decesso pois que

há Domingo seguinte certidão

Apresentar Fratura Externa Grau III B
Fratura distal. Enxada, aneurisma a
desenvolvimento Externa, submetido a
procedimento Externa com sutura. No
momento aguardando procedimento pela

DATA 11

MÉDICO - CRM

**FUMAR FAZ MAL À SAÚDE - USE CINTO DE SEGURANÇA
PILOTE SEMPRE COM CAPACETE - NÃO BEBA AO DIRIGIR
ESTE HOSPITAL É SEU, É MEU É NOSSO.**





(1)



Buscar no site

A
COMPANHIASEGURO
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-
Atendimento)CENTRO DE DADOS E
ESTATÍSTICASSALA DE
IMPrensaTRABALHE
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3180561590 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA DOMINGOS AUGUSTO CUSTODIO

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO TERRA DO SOL ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS

BENEFICIÁRIO DOMINGOS AUGUSTO CUSTODIO

CPF/CNPJ: 44345364434

Posição em 20-07-2019 14:09:27

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
19/12/2018	R\$ 2.362,50	R\$ 0,00	R\$ 2.362,50

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
02/12/2018	Exigência Documental	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/TRJMvs9mDjMcnO9m+6h?api_key=ojQ3WIRpxnEXqB6Kfd3Bd__CQPHIZjwts3h3s+whn__NI=)
02/12/2018	Aviso de Sinistro	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/TCWTLYD2cWfT__exFxyTyjA?api_key=ojQ3WIRpxnEXqB6Kfd3Bd__CQPHIZjwts3h3s+whn__NI=)

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT

seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx?gclid=CjwKCAjw98rpBRAuEiwALmo-yr2Wg6gbgepaNL... 1/3



Assinado eletronicamente por: GEONARA ARAUJO DE LIMA - 28/11/2019 11:51:00

https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112811505980300000049533020

Número do documento: 19112811505980300000049533020



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
POLÍCIA MILITAR
COMANDO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL - CPRE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

BOAT 100221

1 - LOCAL E DATA

Local Av. Rio Cananéia 100 SUL Bairro ESPERANÇA
Cidade/UF NATAL P. Ref. DIOGACIN SANTA FÉ
Data 02/01/2018 Hora do acidente 05:25 Hora do registro 06:03 Dia da semana QUINTA

2 - NATUREZA DA OCORRÊNCIA

☐ - Colisão Frontal ☐ - Colisão Lateral ☐ - Capotamento ☐ - Atropelamento
☐ - Colisão Posterior ☒ - Colisão Transversal ☐ - Choque ☐ - Outro(s) _____

3 - VEÍCULO 01:

Placa ou Chassi KEY 3013 Cidade NATAL UF RN
Marca/Mod. VOLKSWAGEN CARMIL SUELTOU Cor BRANCA Ano 2006 / 2006
Proprietário EMPRESA DE TRANSPORTE N.S. DA CONCEIÇÃO LTDA Nº de Ocupantes 10
Condutor JOSE ROBERTO LINO DE SOUSA Data de Nasc. 14/07/1976
Endereço RUA PATEZ X-ALBANA Nº 359A Fone 98886535
Bairro CIDADE NOVA Cidade NATAL UF _____
CPF Nº 292179904-34 CNH Nº 02643552269 Validade 06/06/2023 Categoria 42
Local de Trabalho EMPRESA NOSSA DA CONCEIÇÃO Fone _____
End. _____ Nº _____ Bairro _____ Cidade _____

4 - VEÍCULO 02:

Placa ou Chassi LHXCBLD 8EB 30 3899 Cidade NATAL UF _____
Marca/Mod. TONNY Cor VERMELHA Ano 2008 / 2008
Proprietário _____ Nº de Ocupantes _____
Condutor DOMINGOS AUGUSTO COSTA Data de Nasc. 30/08/1981
Endereço RUA SANTA MARIA GONZES Nº 87 Fone 87259026
Bairro FELIPE CAMARÃO Cidade _____ UF _____
CPF Nº 443453624-34 CNH Nº _____ Validade 1 / 1 Categoria _____
Local de Trabalho _____ Fone _____
End. _____ Nº _____ Bairro _____ Cidade _____

5 - VEÍCULO 03:

Placa ou Chassi _____ Cidade _____ UF _____
Marca/Mod. _____ Cor _____ Ano _____ / _____
Proprietário _____ Nº de Ocupantes _____
Condutor _____ Data de Nasc. _____ / _____
Endereço _____ Nº _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
CPF Nº _____ CNH Nº _____ Validade _____ / _____ Categoria _____
Local de Trabalho _____ Fone _____
End. _____ Nº _____ Bairro _____ Cidade _____

6 - VEÍCULO 04:

Placa ou Chassi _____ Cidade _____ UF _____
Marca/Mod. _____ Cor _____ Ano _____ / _____
Proprietário _____ Nº de Ocupantes _____
Condutor _____ Data de Nasc. _____ / _____
Endereço _____ Nº _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
CPF Nº _____ CNH Nº _____ Validade _____ / _____ Categoria _____



Assinado eletronicamente por: GEONARA ARAUJO DE LIMA - 28/11/2019 11:51:00

<https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1911281151002300000049533022>

Número do documento: 1911281151002300000049533022

11 - ☒ Vítima: condutor de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 ☐ Pedestre
Passageiro de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 Conduzido para: _____ Presenciou: ☐ Testemunha ☐ Fato ☐ Registro

Nome DOMINGOS AUGUSTO CUSTÓRIO
RG N° 428.684 Órgão Expedidor STCE Data de Nascimento 30/08/1931
Endereço RUA SANTA MARIA GORETE N° 87 Fone 87259026
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
Versão _____

Assinatura _____ Hora _____

12 - ☐ Vítima: condutor de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 ☐ Pedestre
Passageiro de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 Conduzido para: _____ Presenciou: ☐ Testemunha ☐ Fato ☐ Registro

Nome _____
RG N° _____ Órgão Expedidor _____ Data de Nascimento _____
Endereço _____ N° _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
Versão _____

Assinatura _____ Hora _____

13 - ☐ Vítima: condutor de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 ☐ Pedestre
Passageiro de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 Conduzido para: _____ Presenciou: ☐ Testemunha ☐ Fato ☐ Registro

Nome _____
RG N° _____ Órgão Expedidor _____ Data de Nascimento _____
Endereço _____ N° _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
Versão _____

Assinatura _____ Hora _____

14 - ☐ Vítima: condutor de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 ☐ Pedestre
Passageiro de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 Conduzido para: _____ Presenciou: ☐ Testemunha ☐ Fato ☐ Registro

Nome _____
RG N° _____ Órgão Expedidor _____ Data de Nascimento _____
Endereço _____ N° _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
Versão _____

Assinatura _____ Hora _____

15 - SOCORRISTA E VEÍCULO UTILIZADO

Placa _____ Cidade _____ UF _____ Marca/Modelo _____
Nome _____ RG N° _____ Órgão Exp. _____
Endereço SAMU N° _____
Bairro _____ Cidade _____ Fone _____

16 - IMAGENS / FOTOS ☐ SIM ☐ NÃO AUTUAÇÃO ☐ SIM ☐ NÃO AIT N° _____ Cód/DESD _____

17 - OBSERVAÇÃO DO AGENTE DE TRÂNSITO

INFORMO QUE O CONDUTOR DE V2 FOI SOCORRIDO PELO SAMU
PORA O PLOVIS SAIU COM UMA FRATURA EXPOSTA NA PE ESQUERDA
DO TORSO INFERIOR
INFORMO QUE O CONDUTOR NAO E HABILITADO E A MOTOCICLETA
NAO ESTA LICENCIADA.
INFORMO TAMBEM QUE O CONDUTOR DE V2 NAO LEMBRAR COMO
ACONSELHEU A CONDORA

e Completo do Agente ADRIANO ARAUJO DA SILVA
TO/GRAD.: 25567 PM N° 9203 Viatura ONE 106 Subunid.: 190725



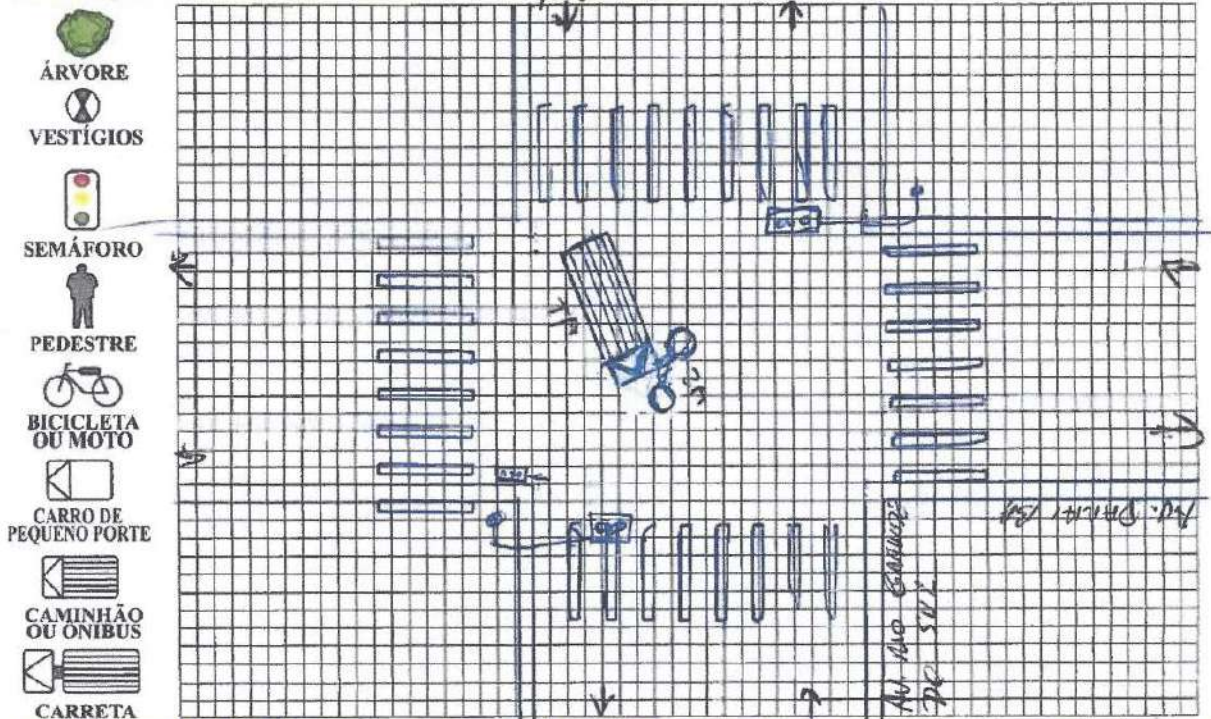
100221

8 - CONDIÇÕES DA VIA

Luminosidade	Cond./ Tempo	Tipo da Pista	Caract./ Pista	Cond./ Pista	Sinalização
<input checked="" type="checkbox"/> Amanhecendo	<input checked="" type="checkbox"/> Bom	<input checked="" type="checkbox"/> Asfalto	<input type="checkbox"/> Reta	<input checked="" type="checkbox"/> Seca	<input type="checkbox"/> Inexistente
<input type="checkbox"/> Pleno Dia	<input type="checkbox"/> Nublado	<input type="checkbox"/> Paralelepípedo	<input type="checkbox"/> Curva	<input type="checkbox"/> Molhada	<input type="checkbox"/> Do Agente de Trânsito
<input type="checkbox"/> Anoitecendo	<input type="checkbox"/> Chuva	<input type="checkbox"/> Concreto	<input type="checkbox"/> Active Íngreme	<input type="checkbox"/> Inundada	<input checked="" type="checkbox"/> Do Semáforo
<input type="checkbox"/> Noite c/ Iluminação	<input type="checkbox"/> Nebulina	<input type="checkbox"/> Cascalho	<input type="checkbox"/> Active Suave	<input type="checkbox"/> Poças D'água	<input type="checkbox"/> Faixa de Pedestre
<input type="checkbox"/> Noite s/ Iluminação	<input type="checkbox"/> Outros _____	<input type="checkbox"/> Terra	<input type="checkbox"/> Declive Íngreme	<input type="checkbox"/> Oleosa	<input type="checkbox"/> Linha _____
<input type="checkbox"/> Iluminação Deficiente		<input type="checkbox"/> Outros _____	<input type="checkbox"/> Declive Suave	<input type="checkbox"/> Enlameada	<input type="checkbox"/> Placa(s) _____
			<input type="checkbox"/> Lombada	<input type="checkbox"/> Em Obras	<input type="checkbox"/> Lombada eletrônica
			<input checked="" type="checkbox"/> Cruzamento	<input type="checkbox"/> Com Buraco	<input type="checkbox"/> Vel. Máx. Perm. _____ KM/H
			<input type="checkbox"/> Rotatória	<input type="checkbox"/> Com Arcia	
			<input type="checkbox"/> Retorno		
			<input type="checkbox"/> Entroncamento		
			<input type="checkbox"/> Bifurcação		

9 - CROQUI DO ACIDENTE DE TRÂNSITO

Nova Cidade

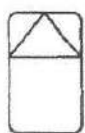


10 - AVARIAS VISUALIZADAS PELO AGENTE DE TRÂNSITO

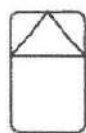
CAR. MONTADO

AVARIAS DO VEÍCULO 1

AVARIAS DO VEÍCULO 2



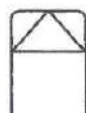
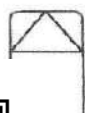
YOMCEIRA ESQUERDA DIANZANA



PAROL, PARALAMPO RIANTULO
RETRADOR, PUNHO, ESTABO
BAMLO

AVARIAS DO VEÍCULO 3

AVARIAS DO VEÍCULO 4



7 - VERSÕES DOS CONDUTORES

SOBRE V1 - Em que Rua/ Av. Transitava? AV. RIO GRANDE DO SUL

Em que sentido? AV. CAR. MONTEVIDEO

Em que faixa?

Versão do condutor: ALECOU QUE TRANSITAVA NORMALMENTE AO SE APROXIMAR DO SEMAFORO NA AV. RIO GRANDE DO SUL COM AV. PARAIPIA V2 ADIANÇOU O SINAL VERMELHO E COLIDIU EM V1 NÃO SENDO POSSIVEL EVITAR A COLISÃO

Assinatura do Condutor do V1

SOBRE V2 - Em que Rua/ Av. Transitava? AV. RIO GRANDE DO SUL

Em que sentido? SENDADE NOVA

Em que faixa?

Versão do condutor:

Assinatura do Condutor do V2

SOBRE V3 - Em que Rua/ Av. Transitava?

Em que sentido?

Em que faixa?

Versão do condutor:

Assinatura do Condutor do V3

SOBRE V4 - Em que Rua/ Av. Transitava?

Em que sentido?

Em que faixa?

Versão do condutor:

